

**EXPLORAÇÃO E ALIENAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:  
OS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR  
MOBILIZADOS PELAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE  
CIDADE GAÚCHA E RONDON-PR**

**ESPLORAZIONE E ALIENAZIONE DELLA FORZA DI  
LAVORO: I LAVORATORI DELLA CANNA-DA-ZUCCHERO  
MOBILIZATI PER LE UNITÀ DI PRODUZIONE DI CIDADE  
GAÚCHA E RONDON-PR**

**Vitor Hugo Ribeiro<sup>1</sup>**  
*vitor.vhr@hotmail.com*

**Márcio Mendes Rocha<sup>2</sup>**  
*mmrocha@uem.br*

**RESUMO**

Este artigo, resultado de uma pesquisa de mestrado em geografia, teve por objetivo estudar a mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar dos municípios de Cidade Gaúcha e Rondon-PR e avaliar a mobilidade dos trabalhadores em relação às Unidades de Produção (Usina de Açúcar Santa Terezinha LTDA) dos municípios em questão. Para dar ênfase à problemática acerca dos bóias frias na atualidade em razão da superexploração do trabalho no eito do corte, foi levado em consideração os princípios teóricos da mobilidade da força de trabalho nos moldes de Gaudemar (1976) e a noção de mobilidade física contida nos estudos de Rocha (1998). No que tange a parte técnica, procurou-se elaborar mapas, tabelas, além de buscar dados e informações de campo bem como entrevistas que se apresentaram relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade do trabalho. Trabalhador rural. Lavoura canavieira.

**RIASSUNTO**

Questo articolo, risultato di una ricerca di master in geografia, ha avuto l'obiettivo di studiare la mobilità dei lavoratori della canna-da-zucchero delle città di Cidade Gaúcha e Rondon- PR e per valutare la mobilità degli lavoratori rispetto all'unità di produzione delle città in questione. Per sottolineare l'importanza di quella problematica riguardo ai lavoratori temporari di canna nel tempo attuale per il motivo delle superesplorazione del lavoro nel canneto, è stato preso in considerazione i principi teorici della mobilità della forza di lavoro di Gaudemar (1976) e nella nozione di mobilità fisica presente negli studi di Rocha (1998). In che si riferisce la parte tecnica, è stato osservato per elaborare mappe, tabelle, oltre la ricerca di dati e le informazioni del campo così come le interviste che se presentano per lo sviluppo della ricerca.

**PAROLE CHIAVE:** Mobilità di lavoro. Lavoratore agricolo. Canna-da-zucchero.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, professor de Geografia da rede Estadual de ensino do Paraná e integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- Nemo.

<sup>2</sup> Docente do Programa de graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, coordenador do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO.

## INTRODUÇÃO

Mesmo tendo uma vasta produção acerca dos processos migratórios no território brasileiro, é importante colocar algumas particularidades impostas pelo modo capitalista de produção no bojo desses acontecimentos. Dentro desse contexto, procura-se contribuir com algumas considerações a respeito do trabalhador volante ou bóia-fria ligado ao setor agroindustrial sucroalcooleiro, que tem por característica o trabalho migratório. A formação destes trabalhadores se deu no decorrer do tempo, mais especificamente nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX (IANNI, 1977). Contudo, houve uma série de relações específicas entre os demais agentes econômicos, dentre eles o Estado, os capitalistas e os latifundiários que, com o intuito de modernizar a atividade no meio rural brasileiro, promoveu a expropriação camponesa através das constantes modernizações das técnicas de produção no campo e com isso foram empregando a mão-de-obra “libertada” do meio rural. Essa característica assemelha-se com a teoria da mobilidade forçada de Gaudemar (1976) cujo principal obra intitula-se *Mobilité du travail et accumulation du capital*.

Para o autor, a mobilidade da força de trabalho remete às condições de existência do capitalismo que são a produção das forças de trabalho e a inserção das mesmas no processo produtivo e na circulação entre as diferentes esferas de atividades (GAUDEMAR, 1976). Com a intensificação das relações capitalistas no meio rural, o capital expropriou camponeses e pequenos agricultores de seus meios de produção- a terra e os transformou em assalariados rurais, mobilizando-os no espaço agrário brasileiro na condição de mão-de-obra barata.

No decorrer deste processo, foi produzindo e reproduzindo o que Marx (1975) chama de “exército de reserva” de mão-de-obra. Tais “exércitos”, fruto da centralização do capital, são pessoas desprovidas de quaisquer meios de obtenção de suas sobrevivências, constituindo-se então, na forma elementar da exploração capitalista, sendo que a sua realização se dá pela mobilidade forçada. O descaso do Estado para com os homens e mulheres do campo como sinalizava o Presidente Getúlio Vargas na década de 1950 contribuiu para essa mobilidade forçada e com a precarização do trabalho no meio rural, pois a população rural vivia subalimentada e desprovida de ensino escolar e de serviços sociais, vivendo *num quadro cultural de séculos passados, acusando pouca influência do progresso técnico, social, educacional dos tempos modernos* (VARGAS, 1969, p.11-12).

Essa problemática reflete no atual momento em que vivem milhares de bóias frias que tem na mobilidade forçada e nos trabalhos precarizados no âmbito rural a única fonte de renda,

pois do contrário não conseguiriam se inserir em outros postos de trabalho no meio urbano em função da baixa qualificação profissional.

No Estado do Paraná, em especial nos municípios de Rondon e em Cidade Gaúcha, encontramos cortadores e cortadoras de cana-de-açúcar que trazem consigo esses reflexos negativos, pois são filhos e filhas de trabalhadores rurais que viviam no campo e vivenciaram todo aquele período de crise salientado anteriormente. Percebe-se então, que o tempo já se passou mas a lógica que permeia o Estado e o agronegócio ainda continua muito parecida: modernização, tecnificação e acumulação de capital de um lado, de outro a reprodução da pobreza e da precariedade dos trabalhadores que dependem ainda do meio rural. São esses e dentre outros fatores que nos leva a esse olhar para o passado brasileiro, para que possamos buscar o entendimento de certas classes sociais no âmbito vigente.

### **A MOBILIDADE FÍSICA DOS CORTADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR**

O trabalhador volante ou bóia fria de acordo com D'Incão (1984) é o resultado da expropriação da terra de pequenos produtores agrícolas devido a intensificação das relações capitalistas no campo, que desencadeou o processo conhecido como êxodo rural. No bojo deste processo, a população expropriada do campo foi reabsorvida como assalariados temporários pelo próprio sistema produtivo agrário. Também, de acordo com outras autoras, dentre elas Carvalho (2008), o bóia fria aparece neste momento histórico como resultante do estado de miserabilidade social, que leva trabalhadores não tecnificados do campo ou das cidades a submeterem à estas relações de trabalho, consistindo na única oferta de emprego para os mesmo.

As condições precárias postas aos trabalhadores rurais temporários os condicionam a prestar trabalhos em um determinado espaço de tempo, não tendo moradia fixa nem garantia de trabalho. Estas relações de trabalho vêm se reproduzindo em diversas regiões brasileiras, especialmente nas atividades ligadas ao setor agroindustrial sucroalcooleiro. É grande o número de cortadores de cana-de-açúcar mobilizados da região nordestina para os canaviais do Estado do Paraná. Além dos trabalhadores de outros Estados, também é importante ressaltar os trabalhadores que vivem em diversas localidades do Paraná, que também trabalham no corte da cana de açúcar.

Uma grande parcela da força de trabalho brasileira desprovida de qualificação profissional dentre outros programas educacionais corroborou com a acumulação de capital no

setor sucroalcooleiro, uma vez que o setor encontrou nestes trabalhadores as condições ideais para a geração de sua mais-valia.

A Tabela 1 apresenta a origem e o número de trabalhadores mobilizados para o corte da cana-de-açúcar da Usina Santa Terezinha- unidade de Cidade Gaúcha. Percebe-se que, no que diz respeito à abrangência da mão-de-obra empregada, a Unidade apresenta uma dinâmica nacional extrapolando os limites Estaduais nos contratos de trabalhos, mobilizando trabalhadores dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Alagoas.

**Tabela 1- Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais mobilizados pela Unidade de Cidade Gaúcha 2010.**

<i>Origem dos Trabalhadores</i>	<i>Número de Trabalhadores Mobilizados</i>
Querência do Norte	30
Santa Cruz de Monte Castelo	20
Santa Isabel do Ivaí	22
Santa Mônica	14
Douradina	23
Tapira	74
Nova Olimpia	74
Cidade Gaúcha	137
Maria Helena	68
Cruzeiro do Oeste	26
Minas Gerais	45
Bahia	42
Alagoas	136

Fonte: RIBEIRO, 2011.

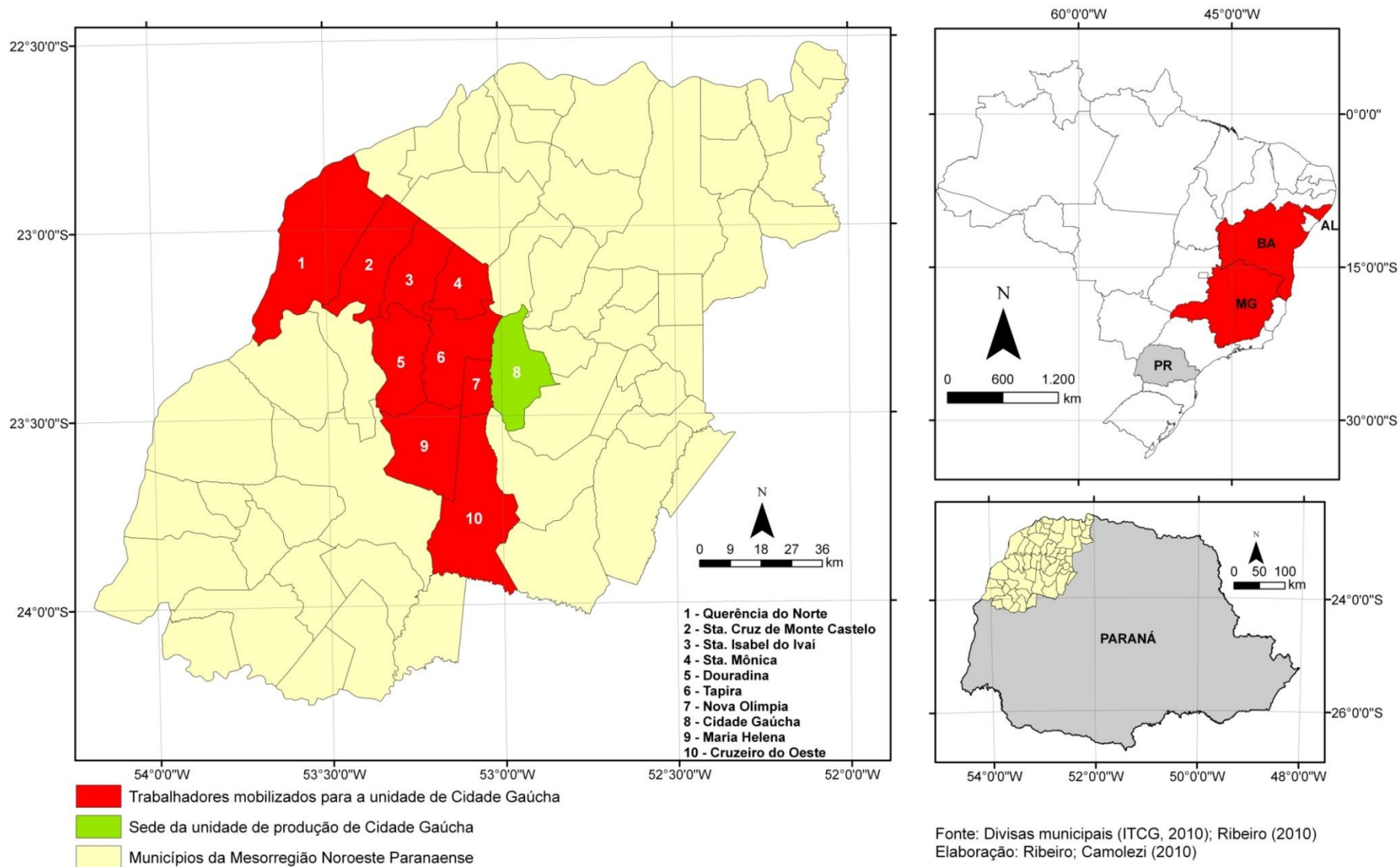
Percebe-se o grande contingente de trabalhadores mobilizados do Estado de Alagoas (136 trabalhadores). Além de Cidade Gaúcha, Rondon também mobiliza trabalhadores deste Estado como será visto nesta pesquisa. Esses volantes vêm para o Paraná no mês de março e ficam até dezembro, período da safra da cana-de-açúcar. A idade dos trabalhadores que vêm de Minas Gerais e do Nordeste é em média 22 a 30 anos na maioria. Muitos deles são casados e deixam suas famílias no local de origem ao longo desses 9 meses. Já os trabalhadores residentes no Paraná, geralmente são mais velhos de idades acima dos 40 anos. Estes não alcançam a produtividade esperada pelo setor e, somada a falta de mão-de-obra para o corte, surge a necessidade das empresas em contratar trabalhadores de outros Estados (RIBEIRO, 2011). No período entre- safra, os trabalhadores de Minas/Nordeste são dispensados, pois os serviços de plantio da cana necessitam de menos mão-de-obra do que no corte. Assim o setor mobiliza trabalhadores dos próprios municípios que arrendam cana-de-açúcar para o setor.

O Mapa 1 apresenta a localização geográfica dos municípios e dos Estados que ofertam mão-de-obra rural para a Unidade de Cidade Gaúcha. De acordo com as informações, Querência do Norte é o município mais distante (dentro os municípios paranaenses) e situa-se a 100 km do município empregador. Essa é uma das características dos trabalhadores volantes. As empresas que os contratam são distantes das suas cidades de origem.

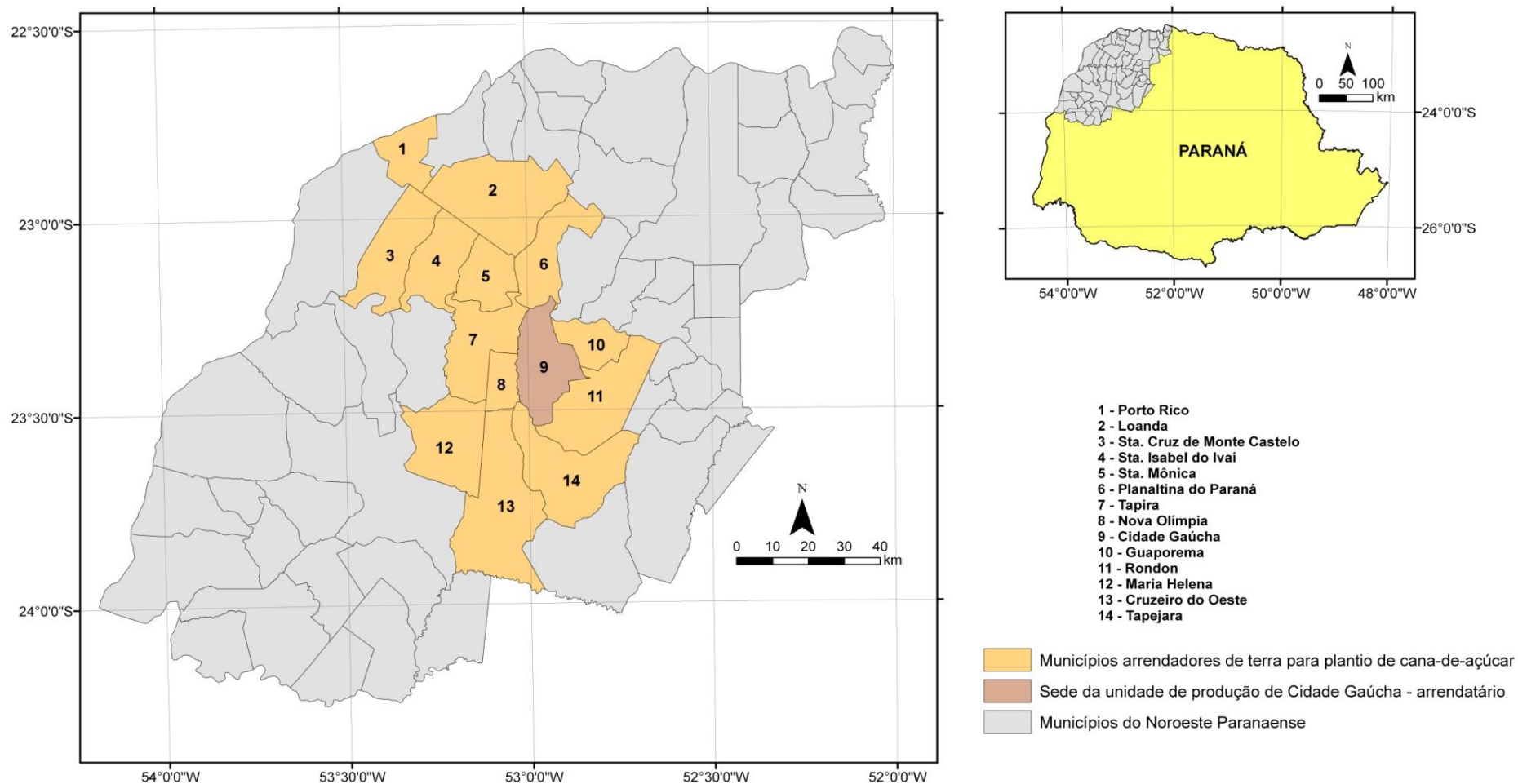
O espaço de mobilidade dos cortadores ligados à Unidade de Cidade Gaúcha compreende as áreas arrendadas para a empresa e estas áreas extrapolam os limites municipais. A Unidade tem áreas arrendadas, nos seguintes municípios: Porto Rico, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Planaltina do Paraná, Tapira, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Guaporema, Rondon, Maria Helena, Cruzeiro do Oeste e Tapejara (RIBEIRO, 2011). Ao todo são 14 municípios, sendo todos procedentes da Mesorregião Noroeste Paranaense. O Mapa 2 apresenta a territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Cidade Gaúcha, espaço da mobilidade dos cortadores da cana.

É possível perceber a existência de municípios que arrendam cana pra Unidade de Cidade Gaúcha que chegam a se distanciar a 100 km aproximadamente, como nos casos de Querência do Norte e Porto Rico. Esses arrendamentos em municípios distantes levam a Unidade a mobilizar trabalhadores próximos à essas localidades. No entanto, não é bem assim que acontece, pois se o setor necessitar cortar cana em Cruzeiro do Oeste e os trabalhadores de Querência do Norte estiverem disponíveis, estes poderão ser mobilizados diariamente através de ônibus para aquele município. Através dos mapas, percebe-se que a distancia dos municípios em questão se aproxima dos 70 km de distância.

Mapa 1- Abrangência territorial da Unidade de Cidade Gaúcha sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano



Mapa 2- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Cidade Gaúcha- ano 2010



Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)  
 Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

Como pode perceber, o setor sucroalcooleiro no Estado do Paraná tem movimentado a economia local de diversos municípios, em especial aqueles demograficamente pequenos. Cidade Gaúcha, de acordo com o último Censo Demográfico, possui 11 062 habitantes (IBGE, 2010) e tem no setor canavieiro a sua principal oferta de emprego para a população local. Geralmente os mais jovens trabalham dentro da Unidade de Produção, enquanto que os mais velhos trabalham no corte da cana-de-açúcar (RIBEIRO, 2011).

Essas relações também são parecidas com aquelas encontradas no município de Rondon. Este, com uma população de 8 996 habitantes (IBGE, 2010), tem também o setor sucroalcooleiro como o principal gerador de serviço do município. Em se tratando dos cortadores da cana-de-açúcar, esta localidade também extrapola seus limites municipais e, até mesmo estaduais. São 27 trabalhadores mobilizados de Alagoas, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2- Origem da mobilidade e número de trabalhadores mobilizados pela Unidade de Rondon- ano 2010**

<i>Origem dos Trabalhadores</i>	<i>Número de Trabalhadores Mobilizados</i>
Alagoas	27
São João do Caiuá	81
Santa Isabel do Ivaí	37
Amaporã	84
Mirador	61
Paraíso do Norte	31
Tamboara	46
Alto Paraná	79
Tapira	71
Nova Olímpia	91
Cidade Gaúcha	57
Guaporema	60
Rondon	93
São Manoel do Paraná	79
Floraí	38
Maria Helena	55
Cruzeiro do Oeste	50
Tapejara	43
Indianópolis	79
Japurá	37
São Tomé	37
Terra Boa	32

Fonte: RIBEIRO, 2011.



A dinâmica da Unidade de Rondon é de expressão Mesorregional no que se refere à contratação de mão-de-obra de trabalhadores do Paraná, diferentemente de Cidade Gaúcha que se concentra apenas no Noroeste Paranaense. Os municípios de Floráí e Terra Boa compreendem, respectivamente, as Mesorregiões Norte Central e Centro Ocidental Paranaense (Mapa 3).

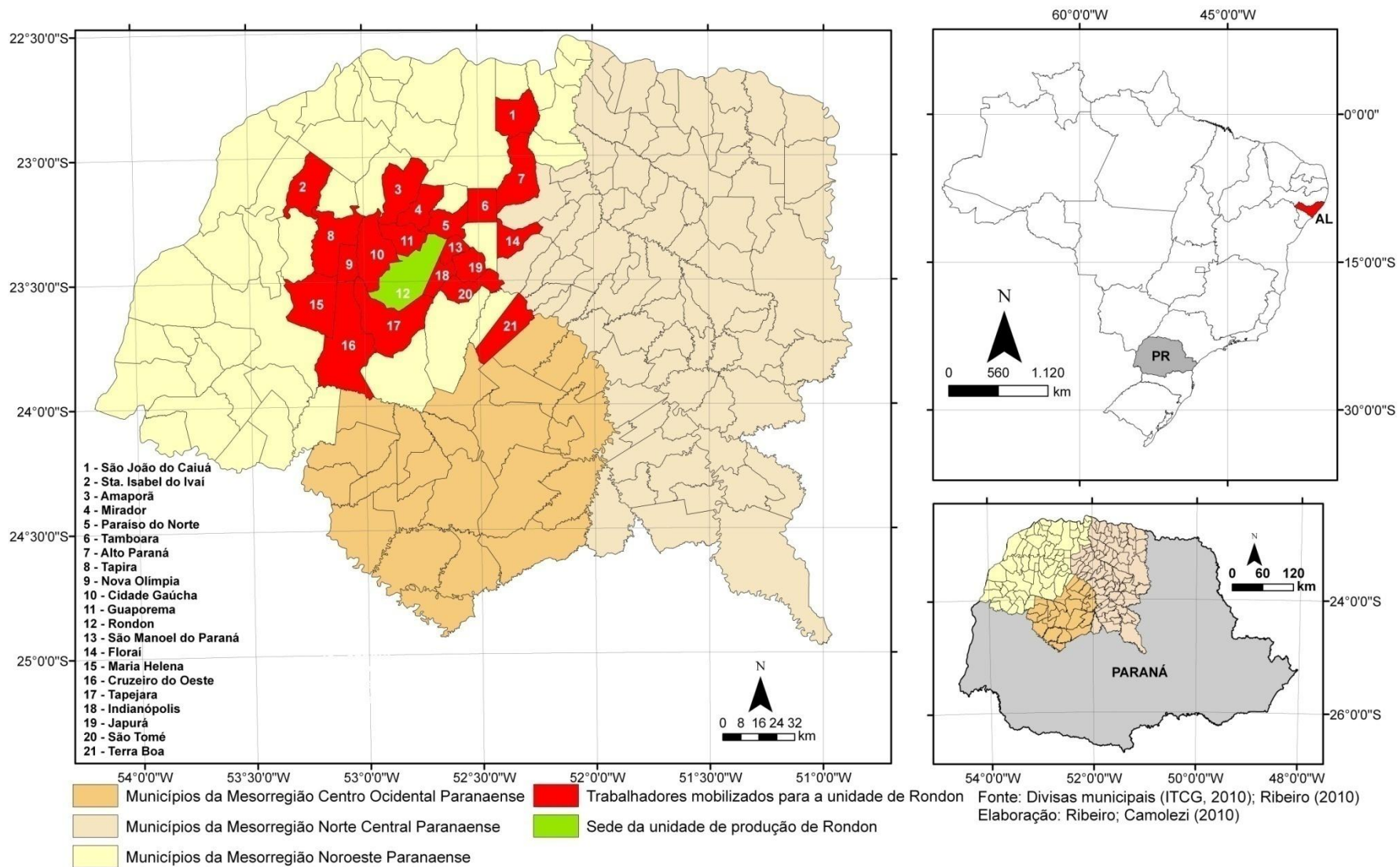
No que se refere a mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar de Rondon, depois do corte da cana os trabalhadores são dispensados e vão trabalhar em outros setores, como na laranja e na mandioca, pois a entre safra da cana coincide com os tratos culturais da mandioca e com a colheita da laranja. A colheita da cana-de-açúcar se dá em torno de 8 meses, sendo que os trabalhadores rurais se dividem em: plantio da cana, no corte manual e no corte mecanizado.

Estima-se, que aproximadamente 40% das áreas arrendadas para a Unidade de Rondon fazem o uso do corte mecanizado. Afirma o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município que *não tem mão-de-obra humana para cortar toda essa cana*<sup>3</sup>. O processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar vem acontecendo na medida em que vai faltando mão-de-obra humana, pois do contrário, ocorrerá um impacto muito grande nestes municípios demograficamente pequenos que necessitam do serviço manual para empregar boa parte da força de trabalho adulta local. Os trabalhadores de Alagoas, assim como os demais migrantes de outros Estados brasileiros empregados em Cidade Gaúcha, depois da safra canavieira voltam para os seus lugares de origem, retornando à Rondon somente no mês de março, quando voltam as atividades de corte.

---

<sup>3</sup> Trabalho de campo.

Mapa 3- Abrangência territorial da Unidade Rondon sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-acúcar- ano 2010



Essa mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar empregados pelas Unidades de Rondon e Cidade Gaúcha caracteriza-se pela macro-mobilidade física centrada no trabalho.

A mobilidade física subdivide-se em macro- mobilidade física e micro-mobilidade física. São mobilidades horizontais que *se reproduzem no espaço concreto, físico, apresentando um perfil histórico-geográfico* (ROCHA, 1998, p.14). Fundamentam-se em estudos migratórios partindo de um estudo histórico de tais fluxos, sendo que a macro-mobilidade física diz respeito aos deslocamentos dos indivíduos em escala geográfica internacional, nacional, estadual e municipal<sup>4</sup>.

Em se tratando dos cortadores da cana-de-açúcar, estes têm por característica a macro-mobilidade, pois o serviço como pode ser observados nos mapas é apenas um dentre tantos exemplos marcados pela migração diária no setor canavieiro do Brasil. D'Incão (1984) aponta que o trabalhador volante ou bóia-fria, enquanto membro da superpopulação ativa do trabalho, é afirmadora do sistema capitalista contraditório brasileiro que excluiu boa parte da população do processo produtivo, inserindo- os nas mais baixas escalas do trabalho. Isso também os leva à mobilidade forçada no mundo do trabalho.

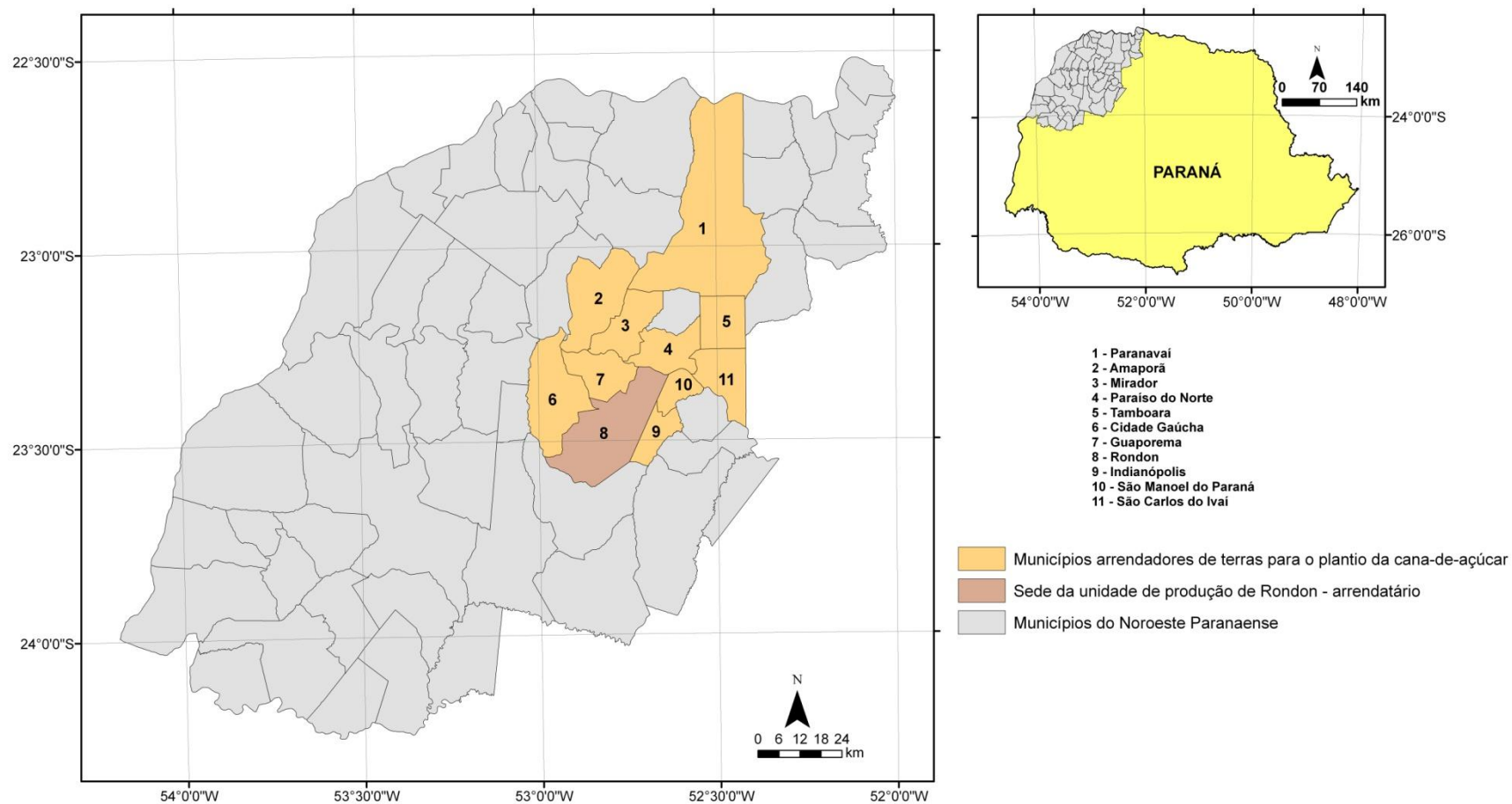
Além da questão excludente, também é preciso ressaltar que os trabalhadores contratados pelas Unidades não trabalham necessariamente em seus municípios de origem e sim naqueles onde o setor os encaminharem para o corte, que são, como já sinalizados neste texto, nos municípios arrendadores de cana-de-açúcar para as empresas (Mapas 2 e 4).

O Mapa 4 apresenta os municípios arrendadores de cana-de-açúcar para a Unidade de Rondon. É possível perceber, assim como em “Gaúcha”, as localidades distantes do município sede da usina, o que acarreta em grandes percursos diários para os cortadores da cana-de-açúcar, principalmente para os trabalhadores de Cruzeiro do Oeste e de Terra Boa quando necessitarem de se mobilizar para as áreas canavieiras do município de Paranaíba, distantes aproximadamente de 100 km de seus locais de origem.

---

<sup>4</sup> A micro-mobilidade a escala temporal é mais curta, se tratando dos deslocamentos diários da casa ao trabalho, às compras, etc. Sobre o assunto, ver Rocha (1998)- *A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o Norte Central Paranaense*.

**Mapa 4-** Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Produção de Rondon- ano 2010.



Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)  
 Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

## ORDENAMENTO TERRITORIAL E ALIENAÇÃO DO TRABALHO

O ordenamento territorial se dá em função das áreas arrendadas com cana-de-açúcar para as unidades sedes (Mapas 2 e 4). Este fato, de acordo com Thomaz Júnior (2002) subverte os limites territoriais impostos pelo Estado, ou seja, as fronteiras municipais. Já no que diz respeito ao trabalho (como identidade corporativa, ou seja, como sindicato), delimita-se pelas fronteiras municipais (Mapas 1 e 3). Isso quer dizer que a empresa domina e controla uma área relativamente grande, onde o capital é hegemônico no processo produtivo, não fragmentado, desagregando as ações do mundo do trabalho.

Cada município representado pelos Mapas anteriores possui um sindicato dos trabalhadores rurais. Enquanto que o capital sucroalcooleiro se apresenta como uma única entidade, os sindicatos se apresentam como várias entidades, tendo limites municipais de atuações e não na abrangência territorial da empresa sucroalcooleira.

Existem diversos sindicatos ligados às empresas sucroalcooleiras: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Condutores, Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e dentre outros. Essa fragmentação dificulta a organização dos trabalhadores numa só classe, o que resulta na alienação do trabalho.

Capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório mas enraizados em esferas diferentes do processo social da produção, um a ser expressar no outro- elo fundamental de sustentação da contradição-, materializam-se sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob o seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.221).

Essa submissão do trabalho pelo capital se dá por mediações do Estado, que legitima esse processo através das leis que acabam fragmentando a ação sindical em diversas categorias e cria todas as bases legais para a ação empresarial do capital.

Em se tratando dos cortadores da cana-de-açúcar, estes trabalhadores estão ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O STR de Rondon está ligado aos trabalhadores de Rondon, enquanto que Guaporema, Cidade Gaúcha, Indianópolis, Amaporã e outros, possuem seus Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tendo seus respectivos municípios como abrangência territorial. Quando um trabalhador ligado à unidade de Rondon porventura vir a se machucar, mesmo num município diferente de sua origem e filiação sindical, o sindicato do município onde

ocorreu o fato atenderá o mesmo. Se o sindicato deste município estiver do lado da empresa, certamente o trabalhador perderá seus direitos devido a isso.

Quando a questão for contratos de trabalhos e aumentos salariais, informou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon que ele e os demais sindicalistas que têm seus municípios com áreas arrendadas ou ofertantes de mão-de-obra para a unidade de Rondon se juntam e vão discutir juntos essas relações. Segundo o mesmo, essa união e esse encontro é o que lhe dão forças para atuar junto com os trabalhadores, pois essas empresas sucroalcooleiras nunca vêm sozinhas uma vez que estão ligadas às entidades de organização do capital.

Essas entidades sindicais das empresas sucroalcooleiras têm por objetivo unificar interesses entre as diversas entidades de vários Estados brasileiros. Thomaz Junior (2002, p.121) afirma que

essas entidades são moldadas à abrangência das necessidades e demandas requeridas pelo capital, em escala regional, estadual, nacional e internacional, dispondo de trânsito nos bastidores de todos os escalões dos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário).

Com isso existe uma união entre o capital sucroalcooleiro brasileiro no que diz respeito à valorização do capital, na busca constante de maquinários dentre outros meios técnicos científicos para melhorias compensatórias. O capital com essa união acaba se fortalecendo organicamente, além de neutralizar as possíveis conquistas e avanços no que diz respeito à classe trabalhadora e suas respectivas entidades de classes como os sindicatos, as federações, as centrais sindicais e da sociedade civil organizada dentre outras.

Enquanto que o capital sucroalcooleiro se unifica no âmbito de escalas nacional e internacional, os trabalhadores, especialmente os cortadores e plantadores de cana, se fragmentam, não dispondo de uma entidade única de nível regional, estadual, nacional e internacional, a não ser no âmbito municipal como já expresso anteriormente. É válido ressaltar também que dentro destes sindicatos estão filiados trabalhadores rurais das mais variadas atividades: da cana-de-açúcar, da mandioca, da laranja dentre outras, fragmentando ainda mais a classe dos trabalhadores rurais e suas entidades. Essa fragmentação no âmbito municipal dos trabalhadores rurais e a sua difícil organização é o que leva à precarização do trabalho uma vez que permeia em meio a isso a alienação por parte do capital sucroalcooleiro, com suas entidades e cooperativas prestando assistências como hospitalares, cestas básicas etc. Isso leva os cortadores a cortarem mais e mais cana-de-açúcar, criando certo vínculo com a unidade capitalista sucroalcooleira.

Dentre as entidades sindicais do capital sucroalcooleiro do Paraná há o Sindicato da Indústria de Fabricação do álcool do Estado do Paraná (Sialpar), o Sindicato da Indústria do açúcar no Estado do Paraná (Siapar). Estas entidades, mais o Sindicato da Indústria de Produção de Biodiesel do Estado do Paraná (Sibiopar) estão unidas numa única associação: Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcoopar<sup>5</sup>). Além dessas, existe outra associação que presta auxílio social para o capital sucroalcooleiro- a Associação dos Plantadores de Cana do Paraná (Canapar). Vale lembrar que essas associações de entidades capitalistas são legalizadas pelo Estado e recebem o total apoio, não apenas de nível estadual, mas também nacional.

Em 2010, o piso salarial de um cortador de cana-de-açúcar aproximou-se de 563 reais. No entanto, os trabalhadores recebem pela produtividade do metro quadrado. Estima-se que recebem aproximadamente R\$18,00 cortando em média 100 a 150 metros de cana. E isso depende também da produtividade da cana e do talhão de onde a cana foi cortada. Existem produções diferenciadas e diferentes preços dependendo do talhão. Se for nas áreas (ou terrenos) mais difíceis de cortar, a cana terá um preço maior do que nas partes menos complicadas para o corte. Além disso, existem bonificações como cestas básicas no valor de R\$70,00 para os trabalhadores que sempre atingirem o limite salarial. Quando não atingem o limite, a usina paga o restante e o trabalhador recebe os seus R\$563,00 reais.

Esse salário pago aos cortadores da cana-de-açúcar em função da produtividade da cana é um dos processos de trabalho mais desumanos e perversos, denunciados por Adam Smith no século XVIII e por Karl Marx no século XIX (ALVES, 2006).

Percebe-se, que a precarização do trabalho permeia ainda nas práticas do setor sucroalcooleiro, apesar das mudanças formais nas relações de trabalho. Atualmente supõe-se que já se foram as senzalas e a escravidão formal, ainda que ela tenha reaparecido em alguns locais do Brasil, especialmente na Região Norte e Nordeste. Todavia, outros personagens históricos entraram em cena: os cortadores da cana-de-açúcar.

As implicações que o setor sucroalcooleiro promove nestas cidades vão além da precarização do trabalho. Permeia em meio a isso a manipulação e alienação no âmbito do desenvolvimento local e, até mesmo regional quando se trata desta atividade. O que se fala muito nestes municípios demograficamente pequenos é a importância do setor canavieiro para com o desenvolvimento destas localidades. Com isso, o setor atrela para si as políticas locais, elegendo prefeitos e demais políticos com o propósito de facilitar a atividade na região.

Com os Mapas 2 e 4, também podemos perceber que os municípios que arrendam terras para as unidades de Rondon e de Cidade Gaúcha perdem a sua produção canavieira e,

---

<sup>5</sup> Para maiores informações, consulte o site <<http://www.alcoopar.org.br/>>.

consequentemente, a produção se concentra nos municípios sedes da Unidade de Produção. Logo, o capital acumulado devido a produtividade da cana-de-açúcar (matéria-prima para a produção de Etanol) fica em Rondon e em Cidade Gaúcha, sendo que as demais localidades perdem essa produção. Ou seja, o setor sucroalcooleiro usa o solo, destrói a agricultura camponesa local e estas localidades não têm retorno algum, apenas alguns impostos sobre o uso do solo e a geração de empregos precários locais.

Os municípios arrendadores de cana-de-açúcar para as Unidades de Rondon e Cidade Gaúcha são simples fornecedores de matéria-prima (cana-de-açúcar) para a agroindústria sucroalcooleira, além também de fornecedores de mão-de-obra para estas e outras Unidades de Produção. Percebe-se a relação capitalista envolvendo esta atividade e a mobilidade forçada do trabalho no corte da cana-de-açúcar em função dessas relações.

Essas relações capitalistas são, nada mais, do que uma relação intrínseca entre os agentes dominantes da nossa sociedade nos moldes de Correa (2005): primeiro os proprietários dos meios de produção, que neste caso são os capitalistas do agronegócio sucroalcooleiro que recebem recursos do Estado para a construção de suas usinas e destilarias, que tem nos arrendamentos dos proprietários fundiários as áreas para a produção e reprodução de sua matéria-prima (cana-de-açúcar). Segundo aparece o proprietário fundiário que se vê num negócio lucrativo o arrendamento das terras e posteriormente os promotores imobiliários que lucram com a vinda de trabalhadores para estes municípios, pois aumenta a procura por moradia e, com isso, o preço dos aluguéis sobe.

E por fim, resta aos grupos sociais excluídos a mobilidade forçada no corte da cana-de-açúcar ou, dependendo da sua qualificação, trabalhar dentro das unidades produtivas sucroalcooleiras, ambos produzindo e gerando mais-valia para os proprietários dos meios de produção. Cabe ao Estado, legitimar essas contradições sociais abrindo mão de leis de decretos frágeis no que diz respeito aos bóias-frias e incentivar com o dinheiro público a economia moderna sucroalcooleira. Reproduzem-se, com isso, as contradições sociais já tão expressivas no território brasileiro. O País enriquece com as vendas de suas *commodities* e enriquece agroindústrias e latifundiários à custa da precarização e da exploração da força de trabalho.

Em estudos já realizados acerca deste tema, constatou-se que em média um trabalhador faz 17 flexões de tronco e dá 54 golpes de facão em 1 minuto (GLOBO RURAL, 2011). Além da postura incorreta que o mesmo fica, cada trabalhador perde em média 8 litros de água por dia para cortar 12 toneladas de cana. Vale lembrar que nos canaviais não há sombras e nem condições higiênicas para fazer as refeições. A grande maioria dos trabalhadores leva a refeição na



marmita e se alimenta no próprio canavial, pois geralmente eles cortam cana em lugares distantes das suas moradias e das Unidades.

Essas relações se produzem e reproduzem por todo o Brasil. Muitos falam também da volta dos engenhos de açúcar que perpetuou ao longo de 4 séculos de história do País. Sakamoto (2001) aponta que *o engenho ainda existe. A casa grande e a senzala também. As relações humanas só ganharam uma roupagem mais nobre.*

Por isso esse olhar para os trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar. Ainda há muito que estudar e acompanhar de perto, universidades e entidades de classes, a vida desses trabalhadores e trabalhadoras da cana para solucionar as possíveis contradições impostas à eles pelo modo capitalista de produção. Cabe a nós acadêmicos, ao Estado, às entidades sociais e à sociedade civil organizada esse olhar em conjunto, pois do contrário muito difícil será agir sozinho na complexidade que abarca as relações sociais no mundo do trabalhador rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho esboçou algumas considerações a respeito do trabalhador volante no espaço agrário da Mesorregião Noroeste Paranaense, tendo como referência os cortadores e cortadoras da cana-de-açúcar mobilizados pelas Unidades de Produção dos municípios de Cidade Gaúcha e Rondon. Foi possível perceber, através desta pesquisa, a dinâmica que envolve o setor sucroalcooleiro na atualidade. Mesmo as unidades procedem de municípios demograficamente pequenos de dinâmica local, os mesmos atraem força de trabalho das áreas mais longínquas do País. São trabalhadores das regiões mineiras e nordestinas que, devido a falta de emprego somada a baixa qualificação profissional, migram para os canaviais do centro/sul do Brasil, inclusive para o Paraná.

Em diversas pesquisas acerca da mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar, dentre elas os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral do Migrante e pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) coordenado pelo professor Antônio Thomaz Junior, relatam as contradições e a exploração no mundo do trabalhador rural ligado ao setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo. Contudo, no que diz respeito ao Estado Paranaense, ainda carece de estudos problematizando a mobilidade destes trabalhadores no espaço rural.

Os mapas apresentados nesta pesquisa são reflexos das políticas globais dos derivados da cana-de-açúcar no âmbito local. A corrida pela substituição do petróleo combustível e os incentivos às novas fontes energéticas renováveis causam efeitos nas mais diversas escalas

geográficas no território brasileiro. Além da precarização e a mobilidade dos trabalhadores rurais, também é preciso lembrar dos impactos ambientais e sociais que a agroindústria canavieira promove no local. Para aumentar a produção de etanol e de açúcar, expande-se a lavoura canavieira em diversas regiões do Brasil e com isso desagrega a policultura e a agricultura camponesa tão importante para a produção de alimentos e para o desenvolvimento local.

Por isso esse olhar para o local, pois os problemas gerados pelo agronegócio canavieiro no Brasil não se esgotam nesta pesquisa. É preciso cada vez mais pensar globalmente e agir localmente, pois os efeitos e implicações desta contínua expansão do capital sucroalcooleiro inevitavelmente virá a se refletir na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Pastoral do Migrante**. Disponível em:

<[http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=39&Itemid=78](http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=39&Itemid=78)> acesso em: 8 set. 2008.

CARVALHO, Josiane Fernandes. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira na mesorregião noroeste paranaense**. 2008. 199 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª edição. São Paulo, Ática 2005. 94 páginas.

D' INCÃO, Maria Conceição. **O bóia fria**. Acumulação e miséria. Petrópolis. Vozes. 1975. 154p.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris. François Maspero, 1976, 274p.

**GLOBO RURAL** Disponível em:  
<<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI200797-18078,00-ESTUDO+REVELA+ROTINA+DO+TRABALHADOR+NOS+CANAVIAIS+DE+SP.html>>. Acesso em: janeiro/2011.

IANNI, Octávio. O Estado e o trabalhador rural. **Contexto**. São Paulo, nº 4, p.1-15, Nov. 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente**. Disponível em: <[www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)> acesso em: Nov/2010.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª edição (resumida). Rio de Janeiro.Zahar, 1975, 395p.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense.** 2011. 174p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas.** Um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. 186p. Tese (Doutorado em geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SAKAMOTO, L. O Engenho resiste. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=13>> Acesso em: janeiro/2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo. Annablume. 2002. 388p.

VARGAS, Getúlio. **O Governo trabalhista do Brasil.** Rio de Janeiro. José Olympio. V. III. 1969. 500p.